

316

Dialética da literatura brasileira

Otto Maria Carpeaux

Escrito para o importante dossiê brasileiro organizado por Celso Furtado para a revista *Les Temps Modernes*, em 1967, o ensaio discorre, com forte verve política, sobre as relações de autenticidade entre a literatura e a história do Brasil.

DIALÉTICA DA
LITERATURA
BRASILEIRA

OTTO MARIA
CARPEAUX

Durante a primeira metade deste século o continente latino-americano consumou aproximadamente quinhentos presidentes de Repúblicas, dos quais aproximadamente duzentos eram membros das Academias de Letras dos seus respectivos países; deve ter sido um pouco maior a percentagem de escritores que passaram durante a mesma época pelas prisões das respectivas polícias políticas.

Todas as literaturas latino-americanas são essencialmente políticas. É um fato de consequências dolorosas. Produz outro fato, intrinsecamente estúpido: que o interesse do mundo pelas letras desse continente é provocado ou estimulado pelas convulsões políticas do mesmo. Já se sabe, lá por fora, que nossas revoluções são mais e outra coisa que mero esporte de generais. A política latino-americana deixou de ser matéria-prima para libretistas de operetas. Paralelamente, já são tomados a sério os romances de Asturias, Alejo Carpentier, Rulfo, Carlos Fuentes, Monteforte Toledo, Ernesto Sabato e a poesia de Neruda, Octavio Paz, César Vallejo, Cardoza y Aragón. O Brasil, de expressão portuguesa, também já apareceu no horizonte das especulações literárias, justamente com as especulações sobre seu potencial econômico e seu futuro político.

Pode-se prever que o interesse pelo Brasil aumentará nos próximos anos. Pode-se prever que o noticiário político não satisfará a curiosidade despertada. Será necessário estudar a expressão até agora mais completa desse grande país possível: sua literatura. Os recursos para tanto já existem: nestes últimos anos, muitos livros brasileiros, romances e alguma poesia, foram traduzidos para o francês, inglês, alemão, italiano, russo. São inevitáveis os equívocos. Já li críticas, em revistas e jornais europeus, em que os romances de Machado de Assis, espelhos da vida do Rio de Janeiro de 1880, foram registrados como reflexos estranhamente anacrônicos da vida no Rio de Janeiro de 1960. Ou então, os romances e novelas do nosso contemporâneo Guimarães Rosa, expressões de mito do *hinterland* bárbaro e arcaico, foram saudados como desmentido, enfim, às informações sobre o desenvolvimento industrial do Brasil e das suas grandes cidades. Também ocorrem confusões deploráveis: valores reais, que já podemos

considerar como contribuições do Brasil à literatura universal, são diminuídos pela colocação indiscriminada ao lado de obras que melhor teria sido deixar de traduzir e que devem a divulgação a motivos diplomáticos ou a casuais relações pessoais. O remédio possível é a transformação de simpatias intuitivas pela literatura brasileira em compreensão racional, mediante interpretação global da literatura brasileira como estrutura de quatro dimensões, na qual três coordenadas determinam o valor daquelas obras e a quarta dimensão é o tempo histórico.

Interpretar a literatura brasileira. Mas “*comment expliquer ce que personne ne connaît?*” História literária? Evolução? Tendências? Nomes? O ideal seria uma história das formas, sem nomes de autores, assim como a “história dos estilos sem um único nome de artista” que já foi tentada por historiadores das artes plásticas. Mas para a história literária ainda não foi inventado método correspondente. Não poderei evitar a citação de alguns nomes de pronúncia difícil. Mas as formas de sua expressão serão tanto mais familiares a leitores franceses.

A primeira forma foi, por volta de 1850, o romantismo. É uma literatura de estudantes ambiciosos que leram muito Musset e Byron e costumam morrer de tuberculose aos 24 anos de idade. São da raça, digamos, de Hégésippe Moreau, com a diferença de que continuam lidos até hoje, por falta de outra tradição literária, mas um pouco degradados a matéria-prima para declamação histriônica. Ninguém entre eles se presta melhor para ser recitado em público do que Castro Alves, discípulo juvenil de Victor Hugo, cantor inflamado da Abolição, da libertação dos escravos pretos. Sua poesia parecerá *vieux jeu* ao leitor estrangeiro. Os brasileiros sabem que seu tema ainda não perdeu a atualidade, pois os pretos foram libertados mas a servidão continua para os pretos e para os brancos.

Não classificarei como “realista antirromântico” o romancista e contista Machado de Assis, ironista sutil e perscrutador fundamentalmente pessimista das almas, em que se descobriram elementos de Swift, Maupassant e Thomas Mann. É um “inclassificável”, fora das tendências de sua época, embora seus personagens e ambientes sejam brasileiros e da época. Já foi muito traduzido. Sua “intemporalidade” será, um dia, problema difícil para os teóricos da crítica literária. Já faz parte da literatura universal.

Reação contra o romantismo foi o romance naturalista. Afirmou ter descoberto a realidade brasileira. Na verdade, alguns escritores

brasileiros tinham descoberto uma nova forma ou fórmula europeia, a de Zola. Viveu pouco tempo. Viveu tanto mais uma outra reação antirromântica, a poesia parnasiana, que foi no Brasil patologicamente macróbia. Ninguém o acreditaria, mas é verdade: o soneto parnasiano dominou a poesia brasileira até por volta de 1920, uma rotina terrível que sufocou os poucos dissidentes: o poeta negro Cruz e Sousa, simbolista exultantemente doloroso, que já foi reabilitado por Roger Bastide; o verlainiano Alphonsus de Guimaraens, “troubadour” de Nossa Senhora das igrejas barrocas de Ouro Preto que agora começou a entrar na internacional moda turística; o originalíssimo Augusto dos Anjos, mistura monstruosa de mau gosto e de *frissons* autenticamente baudelairianos; e o romancista Lima Barreto, espécie de Vallès do proletariado do Rio de Janeiro, mas diferente pelo seu humorismo irônico-melancólico que é o apanágio dessa cidade e já nos ajudou a sobreviver a muita coisa.

A tirania acadêmico-parnasiana foi quebrada em 1922 pela revolta chamada modernista, que retomou o contato com a Europa literária e vanguarda de então. Produziu, pelo menos, dois poetas notáveis: o elegíaco Manuel Bandeira e o severo Carlos Drummond de Andrade (nosso Reverdy ou nosso Montale?, mas ele é ele próprio). O verdadeiro vencedor da revolta desencadeada pelo modernismo foi o romance neonaturalista, influenciado pelos russos e pelos americanos, que descobriu e expôs a duríssima realidade social do Nordeste brasileiro, paradigma de toda a fome e opressão do mundo subdesenvolvido – mas eis um terreno que o leitor europeu já conhece, pelas traduções dos romances de José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Jorge Amado. É uma leitura *qui tollit peccata mundi*, a missa de Réquiem do Brasil arcaico, mas nas missas de Réquiem não há Glória nem credo. O romance nordestino, em geral, não se identificou com a ideologia que foi seu caldo de cultura. Está hoje esgotado. Mas o arcaísmo social continua na realidade – e continua literalmente no mito do “brasil bárbaro”, nas obras de Guimarães Rosa. Eis “o outro Brasil”. O Brasil das grandes cidades industrializadas, aburguesadas e proletarizadas, este é o domínio das vanguardas literárias: procuram avidamente formas novas, que a Europa já não oferece com tanta prodigalidade. Experimentam tudo. O último movimento é o da poesia concreta. Mas “último” é maneira de dizer. O aparente progresso da literatura brasileira se parece com a movimentação febril da comédia clássica espanhola, assim

como a descreveu o crítico Azorín: *“La comédia española puede ser representada por un cuerpo de baile; y el recuerdo que deja su lectura se define con algo así como el agitado arrastrar de muchos pies... como un torbellino rápido y violento de gentes que gesticulan, manotean, gritan, corren, retornan al sitio donde habian partido, y luego caen prostrados rendidos, enervados”*. A esse movimento ou movimentação de cem anos de sucessivas vanguardas falta o sentido dialético, a direção dialética. Ainda há realistas (no sentido duplo da palavra) como Antônio Callado e Carlos Heitor Cony – dois romancistas cujo nome deve ser gravado na memória – lutando contra a corrente. Mas os “avançados” criam novas línguas e os mais avançados duvidam da possibilidade de manifestar-se através da língua, de qualquer língua. Alguns só acreditam no futuro do cinema: do “cinema novo” brasileiro.

A dúvida com respeito às capacidades expressivas da língua e da literatura é hoje fenômeno internacional. Mas na América Latina, no Brasil, essa dúvida tem sentido especial: será que nossa língua (que não é, aliás, só nossa língua) é capaz de manifestar “o que é nosso?” Será que nossa literatura é realmente nossa literatura ou só um reflexo de outras? Será que é a expressão autêntica da nação brasileira? Essa dúvida – que se manifesta nos experimentos (de Guimarães Rosa e, por outro lado, dos poetas concretistas) de criar novas línguas –, essa dúvida não comporta nenhum julgamento de valor sobre aquilo que a literatura brasileira já produziu em tempos passados ou mesmo em nosso tempo. Não há literatura no mundo, por menos conhecida que seja, que não tenha criado certos valores específicos que não se encontram assim em outras línguas. No caso do Brasil, uma literatura que já deu um Machado de Assis, um Graciliano Ramos, um Carlos Drummond de Andrade, só poderia ser chamada de “estéril” ou “pobre” por quem a ignora. A questão de autenticidade é outra.

O termo “autêntico” (e seu antônimo “não autêntico”) passou da crítica histórica (verificação de autoria de obras) para a crítica biográfico-psicológica (verificação da chamada “sinceridade”). Refere-se, neste e naquele sentido, a autores e obras individuais. Mas na América Latina a questão da autenticidade se refere a literaturas inteiras, globalmente. As nações deste continente possuem, há um século e meio, a independência política. Agora, percebem que essa independência política é uma fachada, porque não possuem independência econômica. Têm suas bandeiras, hinos, exércitos, diplomatas, mas são economicamente – e, portanto, politicamente

– colônias. E a independência cultural? E a independência literária? Pergunta-se: esta literatura, escrita por nós, é realmente nossa literatura? Ou será que ela também exprime, apenas, nossa situação de habitantes de colônias? A dúvida antiliterária na América Latina, no Brasil, é uma tomada de consciência; e, antes de tudo, uma tomada de consciência histórica.

Possui o Brasil uma história? Sim, no sentido em que a história de um país se conta, no manual didático, aos colegiais: monarcas e presidentes, eleições e golpes de Estado, batalhas vitoriosas e derrotas financeiras, revoltas e supressão de revoltas. Mas o Brasil como estrutura não tem historicidade. Apesar de mais de quatrocentos anos de história movimentada, o Brasil não tem história, assim como o Egito não teve história durante os milênios entre os últimos faraós e a revolução de Nasser. A analogia não é apenas formal. as populações rurais, que constituem a maioria da nação brasileira, também são *fellahin*. A imobilidade da estrutura social, baseada no latifúndio, significa a falta de movimento dialético, a falta de história. E a literatura brasileira, como expressão escrita daquela estrutura intemporal, tampouco possui historicidade. Em vez de movimento dialético há apenas uma oscilação permanente entre um tradicionalismo falso e um vanguardismo tampouco autêntico.

O tradicionalismo acadêmico no Brasil – que é dos mais reacionários do mundo – foi, paradoxalmente, criado por gente moça. Com dezoito anos de idade todos querem ser poetas, contistas, romancistas. Escrevem. Alguns conseguem publicar. Publica-se mesmo muito. O crítico uruguaio Alberto Zum Felde observa: “*En nuestros países desiertos y nuestras ciudades sin industria brota la viciosa yerba de la rima*”. Todos fazem versos. E depois, todos deixam de fazer versos. Os anos passam e outras preocupações e outras ambições substituem as literárias, mas essa gente continua firmemente acreditando que literatura é e só é aquilo que passava por literatura nos tempos de sua mocidade e que o resto é absurdo. Na província ainda mantêm alto a bandeira esfarrapada do romantismo. O escritor brasileiro Antônio Callado conta que encontrou em Pernambuco gente declamando com convicção e entusiasmo os versos inflamados do poeta romântico Castro Alves contra a escravidão (abolida em 1888) dos pretos; mas essa mesma gente ignora ou quer ignorar que muito perto, às portas da cidade, as populações rurais (pretos, brancos e mulatos) vivem ainda hoje sob o regime do “cambão” isto é, da servidão: do trabalho de graça, durante certos dias da semana,

para o proprietário das terras. Aqueles entusiastas de uma forma poética de antontem, julgam-se tradicionalistas em literatura. Na verdade, seu pseudotradicionalismo literário é expressão do status quo social e do que ele significa hoje: do colonialismo.

Mas acontece que certas revoltas contra esse tradicionalismo desempenham exatamente a mesma função de “formalizar” a situação existente. Afinal o parnasianismo foi, no começo, também uma revolta: trouxe uma forma nova. Sobreviveu patologicamente, até 1920 e depois. Morreu, enfim, como formalismo vazio, sem sentido. Mas o próprio formalismo, este não morreu. Os modernistas de 1922 insurgiram-se contra o culto parnasiano da “forma”, do “estilo” e do “purismo lexicológico”. Seu líder, Mário de Andrade, teve a ambição de criar uma nova língua nacional, usando elementos do linguajar popular de todas as regiões e neologismo. Hoje, Guimarães Rosa realizou – ou quase – esse programa. Mas pode-se argumentar, com o crítico italiano Giacomo Devoto, que *“nel uso della lingua si manifesta la socialità ossia l’a-socialità d’un autore”*. A linguagem artificial e engenhosa de Guimarães Rosa não é e não pode ser entendida pelo povo, o que não é, aliás, um julgamento de valor; sua importância como escritor não é diminuída pelo fato de que seu uso da língua é “a-social” no sentido de Devoto. O formalismo estilístico dos parnasianos brasileiros significa uma dependência colonial em relação à poesia europeia de sua época. A aparente independência linguística dos experimentadores brasileiros de hoje é reflexo de experimentos análogos, feitos no mundo inteiro: Joyce, Michaux, Gadda, Arno Schmidt são outros nomes, no entanto grandes nomes. Transplantados para o Brasil, seus experimentos significam neocolonialismo.

Essa literatura “na língua do povo” não é lida pelo povo, mas é aplaudida pelas vanguardas, cujo nacionalismo é duvidoso. Os vanguardistas brasileiros leem tudo, conhecem tudo, aproveitam tudo. Joyce, Sartre, Brecht, Apollinaire, Kafka, os neorrealistas italianos, o *nouveau roman* encontram-se em todas as mãos. Ainda não foram assimilados. Já passam por superados. É – como dizia Azorín – *“un torbellino rápido y violento de gentes que gesticulan, manotean, gritan, corren, retornan al sitio de onde habian partido y luego caen prostrados”*. No momento, os espíritos mais progressistas só falam em Bauhaus, Bill Gomerlinger e Bense: é a poesia concreta. Mas não quero ser mal-entendido. Todas as novidades são boas porque capazes de minar sub-repticiamente

o tradicionalismo literário que é uma coluna superestrutural do *status quo* social. Mas duvido se esse vanguardismo constitui barreira bastante forte contra o falso nacionalismo literário, que também existe e que não tem nada que ver com o nacionalismo político e econômico.

O nacionalismo político e econômico é, como se sabe, o movimento mais sério de libertação do Brasil e de estabelecimento da justiça social no país. Não tem nada que ver com o modesto e bucólico nacionalismo literário que se limita a retratar em romances bem comportados – e avidamente lidos – a pequena vida provinciana, com consideração especial de todas as particularidades regionais e, às vezes, com acessos cauteladamente dosados de sentimentalismo social. Esse regionalismo provinciano (do qual alguns adeptos são pessoalmente progressistas) não é perigoso para o *status quo* social. Mas é perigoso para seus vizinhos literários, contaminando-os. Já contaminou o romance nordestino, acelerando-lhe a agonia. Também foi capaz de contaminar o próprio vanguardismo. Ouvimos um representante de poesia concreta proclamar que seria preciso criar no Brasil uma “poesia capaz de ser exportada”. Sonha em estender à literatura o regime que condena o Brasil a continuar sendo um país exportador de matérias-primas. Este suposto nacionalismo é, na verdade, colonialismo.

Esse colonialismo literário tem outro nome, de sabor algo antiquado. Até no Brasil só as gerações antigas ainda usam o termo bovarysmo para denunciar a ambição tipicamente latino-americana de ser ou, pelo menos, parecer aquilo que a gente não é. Toda a literatura brasileira até 1922 tem tido a ambição de ser aquilo que ela não foi: europeia. Depois, durante o curto período de euforia modernista ela quis ser americana (imitou-se muito Whitman). Hoje, ela oscila entre o desejo vanguardista de ser internacional (e exportável) e o desejo regionalista de ser “nacional” (e traduzível). A literatura brasileira já quis ser tudo menos aquilo que é: brasileira. Pois admiti-lo teria significado a revolta social e a revolta política, contra o *status colonise* do país e de sua economia e contra o imobilismo de sua estrutura social. E uma revolta dessas também teria posto em perigo o *status social* dos que escreviam aquela literatura.

O Brasil tem hoje 49% de analfabetos. Em certas regiões do Nordeste, sobretudo nos distritos rurais, a percentagem sobe até 75 e 80%. Ainda no começo deste século e mesmo depois, os 75% eram a média nacional. E dos 25% que sabiam ler e escrever, quantos liam livros? Os literatos escreviam para uma pequena minoria. Eis a origem do “elitismo”, da teoria de que só essa pequena minoria tem o direito de dominar o

país. Existem casos análogos. Antonio Gramsci, em *Gli intelletuali e l'organizzazione della cultura*, denunciou o mesmo elitismo na Itália, cuja velhíssima e grandiosa literatura foi, toda ela, escrita para uma pequena minoria, que dominava o povo iletrado. E escrita por quem? Pela própria elite dominante? Só esporadicamente. A literatura seria, então, o produto de uma específica “classe literária”? Essa tese foi adotada na Itália por Giuseppe Zonta, que construiu em cima dessa base uma história da literatura italiana. Gramsci leu essa obra no cárcere, elogiando-a. Mas não teria admitido o mecanicismo determinista de explicar a evolução literária pelo desenvolvimento de uma “classe”, que afinal não é classe em sentido marxista. Polemizando contra Mannheim, Hans Speier já esclareceu que não existe “classe de intelectuais”. Não existe “classe literária”. Mas podem existir – e existem na América Latina – grupos que usam atividades intelectuais e literárias para manter seu status social entre as classes. Um grupo desses já existia no Brasil da época colonial: homens letrados, padres, juizes, advogados, funcionários subalternos da administração pública que, não sendo escravos nem latifundiários escravocratas, não tinham situação bem definida dentro de uma hierarquia social composta só daquelas duas classes. Mas sabiam defender-se. Os poetastros da época colonial portuguesa que forjaram encômios rimados a governadores, bispos, e capitães-mores (os generais de então) para arrancar a esses mecenas um cargo rendoso ou uma pensão ou mesmo só uma esmola, esses são precursores de um tipo que no Brasil existe até hoje na província e não só na província: um conhecido escritor brasileiro (embora de segunda categoria) deve seu alto e rendoso cargo público ao fato de ter comparado o relatório anual de um governador de estado às obras sociológicas de Durkheim e Max Weber.

É paradoxal mas real o prestígio da atividade literária em certos círculos menos cultos. Deputados gostam de citar, da tribuna parlamentar, uns versos. A maior ambição de generais reformados é publicar um artigo nos suplementos literários dos jornais. A literatura, que no Brasil não dá para viver a ninguém, não raramente é recurso eficaz para a ascensão social; recurso engendrando uma coorte de carteiristas, adesionistas, renegados, traidores – *non ragioniam di lor, ma guarda e passa*. É um *catch-as-catch-can* para pertencer à classe dirigente; para não submergir no povo miserável. Mas tudo isso já precisava ser dito no pretérito. Por enquanto, tudo isso foi. Pois o poder ainda pertence à “velha classe” de sempre, mas já é exercido por

intermédio de gente nova que não tem uso para as letras e os literatos: são os tecnocratas e os militares. São estes que desde abril de 1964 governam o país, com apoio de uma potência estrangeira que não tem interesse especial pelas literaturas latino-americanas. O objetivo desse domínio é a garantia da ordem estabelecida, do imobilismo social e dos investimentos de capital. Quem não se conforma, não é tolerado. Os intelectuais rebeldes sentem o rigor da censura teatral e dos filmes, da apreensão de livros, do fechamento de revistas e jornais, da proibição de defender certas doutrinas sociais e até teorias econômicas. O eminente pensador católico Alceu Amoroso Lima foi o primeiro que denunciou esse “terrorismo cultural”. Já em junho de 1964 uma entidade tão pouco revolucionária como o Congrès pour la liberte de la Culture publicou no folheto *Censure* alguns fatos chocantes. Desde então, a situação piorou muito. É o fim das ambições literárias. Também será o fim do “bovarysismo” colonialista? Não. Pois o “complexo industrial-militar” que governa hoje o Brasil, não tem raízes no Brasil, num país cujo exército não teria meio para defender-nos contra um inimigo estrangeiro e cuja indústria não tem recursos para ocupar a população, assim como o latifúndio não tem produtividade para alimentá-la. O domínio militar e tecnocrata tem suas raízes e seu modelo no estrangeiro. É o último avatar do “bovarysismo”. É mais uma forma de colonialismo. Sob esse regime a literatura brasileira tem de perder as esperanças de se tornar autêntica.

Como adversário do novo regime não lhe posso negar, todavia, uma qualidade: é uma realidade. Admito isso com certa satisfação. Talvez acabe agora a discussão eterna dos intelectuais brasileiros sobre o que é ou não é a realidade brasileira. O termo se tem prestado a abusos tão nocivos como a mal-compreendida frase de Hegel sobre o que é o racional. A “realidade” justifica tudo, no Brasil: a miséria do povo é a realidade e os conservadores dizem que sempre foi assim e por isso sempre será assim; o analfabetismo é a realidade, mas a revolução social também foi uma realidade, embora a curto prazo, e agora a ditadura militar é a realidade. Qual é o Brasil “real”? O *hinterland* pré-histórico-bárbaro ou as grandes cidades industrializadas? O sociólogo francês Jacques Lambert, que conhece bem este país, fala em “dois Brasis”. É preciso escolher. É preciso decidir-se. Vamos deixar de falar em realidade. Preferimos falar em possibilidade ou, para empregar os termos sartrianos: em vez de realidade *en soi*, a possibilidade *pour soi*. Uma possibilidade dessas é a literatura brasileira.

A literatura brasileira, como realidade, tem o ativo de alguns grandes escritores e obras; e hoje, de um número apreciável de talentos notáveis, na poesia, na ficção, no ensaio – enfim, ela existe; o passivo é a falta de autenticidade dessa literatura como fenômeno global. Um ativo semelhante não poderia ser previsto para o futuro – quem o poderia prever? Mas pode-se prever a possibilidade de transformação da literatura brasileira em expressão autêntica da nação, eliminando-se o falso elitismo (e eliminando-se, também, o falso populismo literário), mesmo ao preço de a futura literatura brasileira se parecer tão pouco com a do passado como a literatura russa atual se parecer com a do século XIX. Quanto a essa diferença temos aprendido muita coisa, graças às experiências das literaturas da Europa Oriental até a década de 1960. Os contatos internacionais não serão interrompidos – seria absurdo pensar em nacionalismo isolacionista – mas não se limitarão à importação de modas literárias. O caso é comparável ao da futura reorganização da infraestrutura econômica brasileira e, até, parcialmente ligado a essa reorganização: que não será realizada pelo influxo de capital estrangeiro dominador nem pela falsa ajuda da USAID e Aliança para o Progresso. Estes só manteriam a servidão econômica do país em relação à hegemonia estrangeira e ao status quo social. O mesmo vale quanto à literatura brasileira como expressão da consciência da nação. O Brasil não se fechará ao mundo, mas só poderá integrar-se nele por seu próprio esforço. O Brasil não tem propriamente *choix* – só pode dizer como os italianos de 1860: *L'Italia farà da sè*. Dir-se-á que a literatura da Itália, unificada em 1861, não chegou a corresponder às esperanças de seus patriotas e só conquistou nova independência pelo movimento da Resistência, oitenta anos depois. Mas que significa, em face da História, um atraso desses? E mesmo se não houvesse literatura nenhuma, não seria melhor perdê-la como realidade e guardá-la como possibilidade? Mas esse perigo não é isto. A resistência brasileira não será muda. E a Resistência brasileira – como toda a latino-americana – já está mobilizada: são em primeira linha, os estudantes brasileiros, esses estudantes admiráveis que sempre foram a verdadeira vanguarda da nação; e a eles já se associaram outros grupos, a gente do teatro, a gente do cinema, e mais outros virão e não só intelectuais, mas também o operariado das cidades e dos campos – uma base de amplitude nunca antes havida – e virão para terminar a fase de quatrocentos anos de movimentação de fachada e de imobilidade do fundo, pondo-se enfim em

movimento a dialética do desenvolvimento brasileiro. Terminará, então, talvez ainda nesta geração, a pré-história desse país, para começar a história do Brasil e de sua literatura.

Publicado originalmente na revista *Les Temps Modernes*, número 257, de outubro de 1967, com o título “*La Littérature brésilienne: du bovarysme à l’engagement*”. Recolhido no livro *Brasil: tempos modernos*, editado pela Paz e Terra em 1968, com organização de Celso Furtado.